



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Fornecimento com instalação de aparelho de ar-condicionado Split, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATMAT	QUANT.	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL (R\$)
01	Fornecimento com instalação de aparelho de ar-condicionado Split, 18.000 BTU/h, Inverter, Gás refrigerante R-410A, Etiqueta Nacional de Classificação Energética Classe A, Indicação de temperatura na evaporadora, Tensão de alimentação de 220V, com controle remoto sem fio, serpentina de cobre, reguladores de velocidade de ventilação e função swing (oscilar), Garantia mínima (legal e contratual) de 12 meses. Localidade: João Pessoa - PB.	440745	03	3.721,43	11.164,29
02	Fornecimento com instalação de aparelho de ar-condicionado Split, 24.000 BTU/h, Inverter, Gás refrigerante R-410A, Etiqueta Nacional de Classificação Energética Classe A, Indicação de temperatura na evaporadora, Tensão de alimentação de 220V, com controle remoto sem fio, serpentina de cobre, reguladores de velocidade de ventilação e função swing (oscilar), Garantia mínima (legal e contratual) de 12 meses. Localidade: Macapá - AP.	440747	04	4.766,60	19.066,40
03	Fornecimento com instalação de aparelho de ar-condicionado Split, 18.000 BTU/h, Inverter, Gás refrigerante R-410A, Etiqueta Nacional de Classificação Energética Classe A, Indicação de temperatura na evaporadora, Tensão de alimentação de 220V, com controle remoto sem fio, serpentina de cobre, reguladores de velocidade de ventilação e função swing (oscilar), Garantia mínima (legal e contratual) de 12 meses. Localidade: Cuiabá - MT.	440745	01	3.721,43	3.721,43
04	Fornecimento com instalação de aparelho de ar-condicionado Split, 18.000 BTU/h, Inverter, Gás refrigerante R-410A, Etiqueta Nacional de Classificação Energética Classe A, Indicação de temperatura na evaporadora, Tensão de alimentação de 220V, com controle remoto sem fio, serpentina de cobre, reguladores de velocidade de ventilação e função swing (oscilar), Garantia mínima (legal e contratual) de 12 meses. Localidade: Teresina - PI.	440745	08	3.721,43	29.771,44

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado do recebimento da nota de empenho ou da assinatura do Contrato, conforme o caso, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.3. Os aparelhos deverão ser novos, fornecidos na embalagem original do fabricante, da mesma marca e modelo.

1.4. Juntamente com a proposta, deverá ser entregue catálogo, laudo técnico ou instrumento similar do fabricante no qual conste todas as especificações apresentadas pelo fornecedor em sua proposta, a fim de comparar com as especificações requeridas.

1.5. A Contratada deverá, além de fornecer os equipamentos, instalá-los, fornecendo todos os materiais, mão de obra, insumos e acessórios necessários a entregar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento e operação.

1.5.1. A Contratada deverá fornecer e executar todas as conexões elétricas, fornecer e instalar disjuntores nos quadros elétricos, tubulações frigorígenas, isolamentos, cabos de comando e controle, suportes para as unidades internas e externas, redes, tubulações e conexões de drenagem e o que mais se mostrar necessário para o pleno e perfeito funcionamento dos equipamentos fornecidos.

1.5.2. A Contratada, adicionalmente, deverá efetuar a remoção de eventuais aparelhos que estejam nos locais em que os novos serão instalados, removendo também toda sua instalação, conforme orientações da fiscalização do Contrato, sendo vedado o aproveitamento das instalações atualmente existentes.

1.5.3. As conexões elétricas e hidráulicas deverão ser realizadas pela Contratada, sem custos adicionais à ABIN.

1.5.4. A Contratada deverá realizar todos os furos e arremates que se fizerem necessários, sem custos adicionais à ABIN e sem colocar a integridade da edificação em risco.

1.5.5. Os aparelhos, a depender do comprimento final da linha e das recomendações do manual de instalação do fabricante, deverão receber carga adicional de gás.

1.5.6. Por fim, os aparelhos deverão ser testados, na presença da fiscalização, e não poderá haver ruídos, trepidações,

vazamentos de fluidos ou similar, devendo a Contratada realizar todos os ajustes e reparos necessários, de forma que a instalação seja finalizada e entregue em perfeito estado de operação.

1.5.7. É necessário que as empresas interessadas realizem todos os levantamentos necessários para a execução dos serviços, a fim de ofertar uma proposta mais precisa, não lhe sendo admitida a arguição de omissões, enganos, esquecimentos e erros posteriores com a pretensão de alterar o valor global proposto.

1.5.8. A Contratada deverá fornecer os cabos, disjuntores e efetuar as ligações elétricas no quadro elétrico e entre a unidade evaporadora e condensadora, de acordo com os preceitos da NBR [5410/2008](#), efetuando os ajustes necessários a fim de manter a segurança e confiabilidade das instalações elétricas. A Contratada deverá fornecer todas as tubulações frigoríferas, realizando todas as conexões necessárias a fim de colocar os aparelhos em pleno e perfeito estado de funcionamento.

1.5.9. A Contratada deverá emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa aos serviços executados.

1.6. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

1.7. Só será admitida a entrega e instalação de aparelho de ar-condicionado que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, na classe A, nos termos da Portaria INMETRO nº 007, de 04 de janeiro de 2011, que aprova a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Condicionadores de Ar e trata da etiquetagem compulsória para esses produtos.

1.8. Para os itens 1, 2, 3 e 4 acima relacionados (FTE - Categoria 4 - Indústria Mecânica; Código 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície; a fabricação de aparelhos de ar condicionado para uso não-industrial), cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº. 6.938, de 1981.

1.9. Em função do valor de cada item, a licitação será exclusiva para ME/EPP, nos termos da Lei nº 123/2006.

1.10. Na hipótese de não haver licitante que se enquadre como ME/EPP, os itens assinalados apenas como Reserva de cota estarão sujeitos a lances pelos demais licitantes.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O objeto a ser contratado é comum, nos termos do art. 1º, da Lei 10.520/2002, pois seus padrões de desempenho foram objetivamente definidos neste Termo de Referência.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega e instalação dos bens é de 35 (trinta e cinco) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho ou da assinatura do Contrato, conforme o caso.

6.2. Os itens deverão ser entregues, e posteriormente instalados, em remessa única, segundo o exposto abaixo:

6.2.1. **Para o item 1:** Sede da Superintendência Estadual Paraíba da Agência Brasileira de Inteligência, situada na Rua Severino Massa Spinelli, 167, Tambaú, CEP 58.039-210, João Pessoa/PB, de segunda-feira à sexta-feira, no horário de 08h às 12h e de 13h às 17h (horário local).

6.2.1.1. Com relação à instalação do aparelho para a sala de rede, além das disposições gerais já apresentadas, este deve ser instalado em paralelo com o aparelho atualmente existente, de forma que apenas 1 (um) deles estará em funcionamento, ou seja, a instalação deve permitir que se escolha qual aparelho seja ligado, sem, contudo, os dois poderem ser ligados ao mesmo tempo. A instalação não deve utilizar "tês", benjamins, extensões, filtros de linha ou similares.

6.2.2. **Para o item 2:** Sede da Superintendência Estadual Amapá da Agência Brasileira de Inteligência, situada na Avenida Iracema Carvão Nunes, 625, Bairro Central, CEP 68.900-099, Macapá/AP, de segunda-feira à sexta-feira, no horário de 08h às 12h e de 13h às 17h (horário local).

6.2.3. **Para o item 3:** Sede da Superintendência Estadual Mato Grosso da Agência Brasileira de Inteligência, situada na Avenida Miguel Sutil, 2625, Edifício Jardim Cuiabá Flat e Office, 18º andar, Jardim Primavera, CEP 78.030-010, Cuiabá/MT, de segunda-feira à sexta-feira, no horário de 08h às 12h e de 13h às 17h (horário local).

6.2.3.1. Com relação à instalação deste item, além das disposições gerais já apresentadas, este deve ser instalado em paralelo com o aparelho atualmente existente, de forma que apenas 1 (um) deles estará em funcionamento, ou seja, a instalação deve permitir que se escolha qual aparelho seja ligado, sem, contudo, os dois poderem ser ligados ao mesmo tempo. A instalação não deve utilizar "tês", benjamins, extensões, filtros de linha ou similares.

6.2.4. **Para o item 4:** Sede da Superintendência Estadual Piauí da Agência Brasileira de Inteligência, situada na Rua Senador Cândido Ferraz nº 1250, Edifício The Office Tower, Salas 2301, 2303, 2305 e 2307, CEP 64.049-250, Teresina/PI de segunda-feira à sexta-feira, no horário de 08h às 12h e de 13h às 17h (horário local).

6.3. Após o recebimento dos materiais e conferência pela equipe de fiscalização, que ocorrerá em até 5 (cinco) dias corridos, estes poderão ser instalados.

6.3.1. É de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todo o material, ferramentas, equipamentos, mão de obra, bem como todos os insumos necessários para o cumprimento integral do objeto deste contrato.

6.3.2. Os serviços a serem executados deverão ser efetuados por pessoal especializado, com equipamentos e produtos

adequados à sua perfeita execução.

6.3.3. Para cumprir o objeto contratual, a Contratada só poderá empregar produtos aprovados e homologados pelos órgãos oficiais competentes.

6.3.4. O correto descarte do material residual é de responsabilidade da Contratada, que deverá providenciar correto descarte, atendendo as normas ambientais.

6.3.5. A Contratada é responsável por todo o transporte necessário à prestação dos serviços objeto deste contrato.

6.3.6. A Contratada é responsável por quaisquer danos causados às instalações, equipamentos, mobiliários e pertences dos usuários e da ABIN, durante a realização dos serviços.

6.3.7. A Contratada deverá, após a instalação, garantir o perfeito funcionamento dos aparelhos e entregar os locais dos serviços completamente limpos e sem resíduos dos trabalhos executados.

6.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias após a completa instalação, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material, conformidade da instalação e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.8. Não há cronograma físico financeiro, pois os itens deverão ser entregues e instalados de uma só vez.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal e termo de garantia, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

8.1.2. efetuar a instalação dos aparelhos entregues, fornecendo todos os materiais, mão de obra, insumos e acessórios necessários a entregar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento e operação.

8.1.2.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

8.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.7. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.8. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

9.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

9.1.2. Poderão ser subcontratados os serviços complementares às atividades principais, entendendo como atividades principais aquelas cujas exigências de habilitação foram elencadas, a saber: fornecimento de aparelhos de ar-condicionado split.

9.1.3. Desta forma, os serviços de instalação dos aparelhos de ar-condicionado split poderão ser subcontratados, observando-se as demais regras deste Termo de Referência.

9.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

9.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

9.3.1. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = I_{(TX)} = I_{(6/100)/365}$		$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------------------------------	--	--

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em razão da pequena monta do material objeto deste Termo de Referência.

15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 09 (nove) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do término da garantia legal, que tem início no primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.1.1. Tal prazo é o usual do mercado, de forma a garantir a qualidade dos produtos fornecidos.

15.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

15.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

15.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

15.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

15.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou

defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

15.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

15.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

15.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

15.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - **Advertência por escrito**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.

II - **Multa**:

a) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15(quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V - **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Em função da baixa quantidade de itens a serem adquiridos, não serão exigidos critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor.

17.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.4.1. Valor Global: conforme tabela presente no item 1.1 deste Termo de Referência para cada item.

17.4.2. Valores unitários: conforme tabela presente no item 1.1 deste Termo de Referência para cada item.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 63.723,56 (sessenta e três mil, setecentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos), conforme tabela disposta no item 1.1 deste Termo de Referência.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. Gestão/Unidade: A ser indicada no Edital;

19.2. Fonte de Recursos: A ser indicada Edital;

19.3. Programa de Trabalho: A ser indicado Edital;

19.4. Elemento de Despesa: A ser indicado Edital;

19.5. Plano Interno: A ser indicado Edital;

19.6. Nota de Empenho: A ser emitida após a licitação.



Documento assinado eletronicamente por **ALAN BARBOSA COSTA, Oficial Técnico de Inteligência**, em 26/05/2022, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.abin.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0622751** e o código CRC **AEAB09B3**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico - Compras
Atualização: Junho/2021

Referência: Processo nº 00091.002132/2021-37

SEI nº 0622751

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -